

A TRAJETÓRIA DAS CONCEPÇÕES DE *DISCURSO* E DE *GRAMÁTICA* NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA¹

Mariangela Rios de Oliveira
(UFF/CNPq)

Sebastião Josué Votre
(UFF/UGF/CNPq)

RESUMO

Desde a década de 70, em que se definiu como perspectiva analítica de modo mais específico, até os dias atuais, a vertente funcionalista de orientação norte-americana vem refinando seus princípios teóricos e atualizando os pressupostos com que investiga os fenômenos linguísticos. No âmbito de sua trajetória de pesquisa, ganham destaque as concepções de *discurso* e de *gramática*. Embora não haja discrepância em relação a essas definições iniciais, houve, durante mais de três décadas, acréscimos e reformulações na base desses conceitos, de modo a tentar dar conta dos resultados mais recentes de pesquisa, de procurar descrever e analisar interpretativamente o chamado *uso linguístico*. O presente artigo perpassa essa trajetória, tanto do ponto de vista dos rumos internacionais quanto dos nacionais, destacando, no Brasil, a produção do Grupo de Estudos *Discurso & gramática*, pioneiro nessa linha de investigação. Além da apresentação das definições referidas e de seu refinamento, procura-se também apontar problemas, tendências e desafios de pesquisa, nessa área de investigação que ainda tem muito a contribuir para o maior conhecimento das práticas linguageiras.

PALAVRAS-CHAVE: funcionalismo, discurso, gramática, uso linguístico.

1. Introdução

Como ocorre a toda corrente teórica em sua trajetória histórica, no âmbito dos estudos linguísticos de orientação funcionalista alinhados a Paul Hopper, Elizabeth Closs Traugott, Sandra Thompson, Joan Bybee, Talmy Givón, Bernd Heine, entre outros, as concepções de *discurso* e de *gramática*, fundamentais e basilares para toda a pesquisa orientada nesta fundamentação, vêm sofrendo ajustes, reformulações e releituras. Longe de constituir sintoma de crise, tal realinhamento é fruto do desenvolvimento de uma série de pesquisas que, hoje, tentam de modo mais efetivo demonstrar a vinculação mais estreita entre as dimensões discursiva e gramatical na investigação dos usos linguísticos.

Nesse sentido, o presente artigo, também numa perspectiva histórica, divide-se em duas seções maiores. A primeira parte contempla o início das pesquisas de cunho funcionalista, bem como suas tendências de ordem teórico-metodológica; no contexto acadêmico nacional, esse momento diz respeito à criação do D&G (*Grupo de Estudos Discurso & Gramática*²), precursor dessa linha de investigação linguística em nosso país. A segunda parte trata mais especificamente da fase atual, das tendências que vêm marcando os trabalhos de orientação funcionalista a partir do final dos anos 90 no âmbito do D&G e de como se opera a integração da vertente discursiva e gramatical na abordagem da língua em uso na pesquisa praticada no Brasil. Por fim, numa terceira seção, o artigo aponta questões ainda em aberto, problemas no tratamento das duas vertentes referidas e os desafios atuais enfrentados pela pesquisa funcionalista nos dias de hoje.

Nosso objetivo é o de traçar um panorama desses estudos, apontando os pontos críticos e os avanços nesse percurso. Ao assumir essa perspectiva histórica, interessa-nos também levantar questões, fazer nossa autocritica e refletir acerca das tendências mais recentes nessa área de investigação. Trata-se, na verdade, de redefinir posturas, de unir os pressupostos tradicionais às mais recentes tendências, no sentido de mais efetivamente podermos, de fato, dar conta desse fenômeno complexo e plural que é o uso linguístico.

2. Concepção inicial

Durante a década de 70, nos Estados Unidos, uma série de estudos voltados para a análise da língua em situação de uso dá ênfase ao

rótulo *funcionalismo*. Nesses estudos, destaca-se o trabalho pioneiro de Sankoff e Brown (1976), que, ao tratarem da origem das estruturas de relativização do *tok pisin*³, atribuem essa regularização, no nível da gramática, a motivações de ordem pragmático-discursiva. Mais adiante, Givón (1979), na mesma linha de Sankoff e Brown, publica *On understanding grammar*, obra considerada clássica no âmbito dos estudos funcionalistas. Nesse livro, também se advoga a origem discursiva das estratégias gramaticais.

Em ambas as obras, fixam-se os conceitos de *discurso* e de *gramática* que vão marcar a tradição da pesquisa funcionalista de vertente norte-americana. Assim, o primeiro termo passa a se referir às estratégias criativas dos usuários na organização de sua produção linguística, aos modos individuais com que cada membro da comunidade elabora suas formas de expressão verbal. Por outro lado, o termo *gramática* é concebido como o conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso; se ao discurso cabe a liberdade e autonomia da expressão, à gramática compete a sistematização e regularização. Além da fixação de ambas as concepções, esse viés funcionalista firma também a intrínseca relação dos domínios discursivo e gramatical, na proposição da origem discursiva dos padrões gramaticais.

Em conformidade com tal perspectiva, encontra-se o tradicional gradiente proposto por Givón (1979) relativo ao *ciclo funcional*, no contínuo *discurso* > *sintaxe* > *morfologia* > *morfologia* > *zero*. Na mesma linha, porém de modo mais categórico ou radical, Hopper (1987) defende a tese da gramática como plano *emergente* do discurso, como consequência da fixação de estratégias oriundas da esfera discursiva⁴. Nessa concepção, acolhida também por Bolinger (1977) e Dubois (1985), entre outros, a gramática é entendida como instância marcada pela maleabilidade e instabilidade, as classes são fluidas, de contornos pouco precisos, com destaque para os fenômenos de derivação de sentido e de mudança categorial.

Em conformidade com o entendimento de que o discurso origina a gramática, num *continuum* de forma e de função, os autores preconizam, respectivamente, que o modo pragmático, relativo em termos gerais às estratégias concernentes à modalidade falada, é fonte para o modo sintático, mais atinente à modalidade escrita. Assim, firma-se a precedência e a originalidade do oral face ao escrito na base do binômio

discurso x gramática, ou, em outras palavras, *pragmática x sintaxe*, no desenvolvimento da linguagem humana.

Tal concepção, que rompe categoricamente com a perspectiva gerativista, defende e atualiza a iconicidade dos usos linguísticos, preconizando a vinculação entre função e forma, entre sentido e sua expressão. Valorizam-se as trajetórias de sentido e os processos de mudança linguística, relativos à polissemia e à gramaticalização⁵, respectivamente, e descarta-se a sinonímia, no entendimento de que esta se trata de uma concepção estática, não funcional e, portanto, inverossímil (BOLINGER, 1977).

Mais um traço saliente reside na primazia dos estudos da metáfora em relação aos da metonímia. Embora as pesquisas considerem aspectos atinentes à metonímia, como a reanálise e a pressão por informatividade (TRAUGOTT e KÖNIG, 1991), a maioria dos estudos, inspirados por Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1980), voltam-se para a captura de trajetórias de polissemia, para a consideração de efeitos de sentido na derivação *espaço > tempo > texto* e a possível gramaticalização assim deflagrada. A proposição dos cinco princípios de *gramaticização* de Hopper (1991), que estabelecem as marcas caracterizadoras dos estágios iniciais da mudança linguística, como *persistência* (manutenção de traços semânticos da forma fonte) e *divergência* (perda de marcas semântico-sintáticas em relação à forma fonte), concorrem para a ênfase da abordagem metafórica. Também concorrente para a primazia dos estudos sobre metáfora é a incorporação de pressupostos do cognitivismo, como os formulados por Sweetser (1990), na defesa de que o uso linguístico opera a partir de um sistema de transferência metafórica de domínios, que parte do nível mais concreto e palpável, como o físico-social, passa por um segundo estágio, no plano experiencial, e chega ao plano discursivo, nos atos de fala.

3. Repercussões no Brasil

Um dos textos que mais suscita o debate acadêmico em torno da pesquisa linguística no Brasil foi publicado pela revista *DELTA*, vol. 6, no. 2, em 1989. Nesse artigo, intitulado *Mecanismos funcionais do uso da língua*, Sebastião Votre e Anthony Naro lançam as bases do funcionalismo, incitando a polêmica entre a abordagem funcional e a formal. O artigo provoca grande reação no meio acadêmico e é considerado um marco, como referência à origem da pesquisa funcionalista no Brasil.

Poucos anos após essa publicação, a vertente funcionalista norte-americana é assumida de modo mais efetivo a partir da década de 90, com a criação do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* (D&G) na UFRJ. Sob a liderança de Sebastião Votre, que iniciou suas pesquisas de orientação funcionalista num outro grupo da mesma universidade de orientação laboviana, o *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (PEUL)⁶, a nova comunidade acadêmica passa a incorporar, em sua análise linguística, o aparato teórico funcionalista, partindo, portanto, das concepções de discurso e de gramática referidas anteriormente.

Do ponto de vista metodológico, talvez como fruto de sua filiação variacionista, as pesquisas funcionalistas adotam variáveis sociolinguísticas (faixa etária, nível de escolaridade, modalidade, sexo, entre outras) e procedem a levantamentos estatísticos próprios dessa vertente. Sob tal inspiração, o D&G nos anos 90 levanta, organiza e publica o banco de dados *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita no Brasil*⁷, que passa a fornecer uma série de dados para o estudo da língua portuguesa em situação de uso.

Em *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*, primeira obra publicada pelo D&G em 1996, encontra-se uma coletânea de artigos que sintetiza as pesquisas em desenvolvimento e a orientação teórica funcionalista desses anos iniciais. Parte-se do discurso como o conjunto de “estratégias criativas usadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto” (MARTELOTTA, VOTRE e CEZARIO, 1996, p. 48), levando-se ainda em conta o ouvinte e os demais componentes da interação; por outro lado, a gramática é entendida como “o sistema formado pelas regularidades decorrentes das pressões de uso” (obra citada, p. 11). A vinculação entre ambas as instâncias é firmada com declarações do tipo “gramática e discurso não são conceitos separados, mas, ao contrário, constituem uma simbiose: a gramática molda o discurso e o discurso molda a gramática” ou ainda “o desenvolvimento de novas estruturas gramaticais é motivado, comunicativa ou cognitivamente” (obra citada, p. 49). Essas citações, que destacam a estreita relação entre padrões discursivos e estruturas gramaticais, tendem, via de regra, a considerar a gramática como resultante exclusivamente de rituais discursivos. Nesse momento, os fatores de ordem pragmático-discursiva são tratados como origem da regularidade linguística em termos gerais.

Na verdade, ainda que a dimensão discursiva seja referida como

fonte de regularização gramatical, a maioria das pesquisas desenvolvidas nos anos 90 volta-se para a análise de padrões gramaticais, como ordenação de constituintes na cláusula (VOTRE e CEZARIO, 1996; FURTADO DA CUNHA, 1996) e níveis de vinculação oracional (CEZARIO, GOMES e PINTO, 1996). Esses trabalhos, em geral, assumem a perspectiva sincrônica para tratar de fenômenos de polissemia, de variabilidade e de gramaticalização⁸. A perspectiva discursiva restringe-se à abordagem de parâmetros de ordem linguística, como informatividade, transitividade, relevância, iconicidade e marcação⁹. Data desse momento também a concepção de um usuário poderoso, livre e consciente de suas práticas linguísticas, que tem *intenções* comunicativas mais explícitas e captáveis pela análise de seu uso. O *uso*, por sua vez, deve ser documentado para efeito de investigação, assim, a consideração do uso da língua requer registro empírico, via de regra na modalidade falada, com base em variáveis sociolinguísticas; diante de exemplos admitidos porém não documentados, rótulos como *exemplo nosso* são usados em tais referências.

Outro aspecto relevante que se destaca nesse período é a proposição da *discursivização*, novo rótulo para a anteriormente denominada *desgramaticalização*. Entende-se por discursivização “o processo de mudança que leva determinados elementos linguísticos a serem usados para organizar o discurso, quando suas restrições de linearidade se perdem em função da improvisação típica da fala, ou para preencher o vazio comunicativo causado por essa perda” (MARTELOTTA e ALCÂNTARA, 1996, p. 277). Assumida na pesquisa de marcadores como *né* e *sabe*, a discursivização é entendida como etapa posterior à gramaticalização, situada no ponto final do ciclo funcional, como nova alternativa à proposição do *zero*; conforme essa assunção, na trajetória do uso linguístico, o ponto final de um termo não coincide necessariamente com seu término ou erosão total, mas sim com o retorno à esfera discursiva, marcada pela perda de restrições de uso e pelo cumprimento de função meramente pragmática. A proposta da discursivização está na base de outras tendências da pesquisa funcionalista dos anos 90, como a busca por generalizações e evidências capazes de interpretar um grande conjunto de fenômenos linguísticos, na tentativa de identificar e precisar a funcionalidade destes fenômenos.

4. Concepção atual

No desenvolvimento das pesquisas funcionalistas, uma série de especulações e reflexões passam a pontuar o cotidiano da pesquisa de cunho em torno do binômio *discurso x gramática*. Uma delas refere-se à precedência do domínio discursivo em relação ao gramatical. Na base de tal especulação, questiona-se se a regularidade da gramática emergiria diretamente de um suposto *caos* discursivo, no qual os usuários, livres e autônomos, elaboram sua expressão para os distintos propósitos e situações cotidianas. Se os padrões gramaticais sistematizam-se a partir do discurso, o que molda e como se organiza esta instância maior? Ao plano discursivo pertence somente a criatividade, a potencialidade e a individualidade dos usos? Qual a efetiva aplicabilidade do ciclo funcional givoniano em termos da interface *discurso x gramática*? Como lidar com a concepção de *continuum* e escalaridade a partir do tratamento dicotômico dessa interface?

Na obra *Functionalism and grammar*, de 1995, Talmy Givón apresenta dois capítulos com o sugestivo título *Levando a estrutura a sério I e II*, nos quais concentra-se, respectivamente, na análise do sintagma verbal, da organização de cláusulas multiverbais e na constituição das relações gramaticais, sua prototipicidade e graus de integração. O autor enfatiza o caráter estrutural das relações gramaticais, destacando aspectos menos evidentes de sua origem discursiva, em outros termos, enfatiza traços mais fixos e arbitrários dessa instância. O livro é considerado como a versão mais relativizada e equilibrada da perspectiva funcionalista até então publicada, chamando a atenção da comunidade acadêmica para aspectos menos idealistas em relação à fase inicial dessa corrente teórica, iniciada nos anos 70.

Tal realinhamento na pauta da pesquisa funcionalista encontra fundamento ainda na convicção de que a mudança linguística não incide sobre *um* determinado item de modo isolado ou atômico. Pelo contrário, alterações de sentido e de forma se processam em segmentos mais extensos, afetando, assim, todos os elementos envolvidos, no que se considera a abordagem *construcional* do funcionalismo. A proposta da pesquisa gramatical em termos de construção é defendida por Bybee (2003), Tomasello (2003) e Erman e Warren (2000), entre outros. Essa perspectiva tem nos trabalhos de base cognitivista de Goldberg (1995, p. 67-68) um de seus pontos iniciais; a autora parte da concepção de

gramática como um conjunto organizado e orientado pelos princípios de *motivação maximizada*, *não sinonímia*, *expressividade maximizada* e *economia maximizada*, na proposição do pareamento *função – forma*. Em conformidade com essa tendência, Heine e Kuteva (2006) postulam que a pesquisa sobre gramaticalização diz respeito à pesquisa das construções e ainda dos segmentos mais amplos do discurso.

O olhar mais acurado sobre os padrões estruturais tem levado a pesquisa funcionalista mais recente à valorização dos aspectos metonímicos sobre os metafóricos. Traugott e Dasher (2005, p. 80) chegam a admitir que a metonímia possa ser considerada mais básica para a cognição e a linguagem do que a metáfora, no sentido de que aquela se fundamenta na “conceptualização da mudança semântica no contexto de uso, nos contextos sintagmáticos do uso linguístico envolvendo associação, contigüidade e indexicalidade”. Assim, é a partir da metonimização que se estabelecem as relações que marcam a negociação interacional, caracterizadas por estratégias de subjetivação e de intersubjetivação. Por *subjetivação*, os referidos autores entendem o processo semasiológico em que os emissores se utilizam de termos referenciais para a expressão de sentidos relativos a seu estado interno, crenças, valores e afins; a *intersubjetivação*, de outra parte, define-se como a utilização desses recursos para a atuação sobre o interlocutor, com vistas a sua adesão ou anuência ao que é declarado. Ainda segundo a mesma fonte, a metáfora é entendida como resultado da mudança metonímica. Assim posto, subverte-se de certa forma a tendência original na abordagem desses aspectos, passando a metonímia a prevalecer na análise e descrição interpretativa dos usos linguísticos.

Com relação à interface *discurso x gramática*, ganha relevância a assunção de que entre estes domínios há instâncias intermediárias que devem ser pesquisadas, de que as convenções gramaticais, na constituição do discurso, são motivadas, em termos de seleção, de organização e de frequência, por essas instâncias intermediárias, conforme Bybee e Hopper (2001). Segundo tal concepção, destaca-se a proposta de distinção de Bybee entre as frequências *type* e *token* e questões de ordem cultural, relativas à dimensão social do uso linguístico (TOMASELLO et al, 2004), passam a ser mais incorporadas à pesquisa funcionalista.

5. Repercussões no Brasil

Na pesquisa funcionalista praticada atualmente no âmbito do D&G em nível nacional, ganham relevo algumas tendências elencadas acima e outras mais específicas. Em Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), obra do D&G que apresenta os fundamentos básicos do funcionalismo a partir de usos do português do Brasil, encontra-se a declaração de que a instância discursiva, considerada classicamente como ponto de partida para a gramática, é também seu ponto de chegada.

Assim posto, ganha relevo a vinculação entre discurso e gramática, na defesa de que fatores de natureza pragmático-comunicativa não só podem ser responsáveis pela regularização gramatical, como também atuam na seleção e na organização daquilo que a própria gramática atualiza. Em outros termos, uma vez sistematizados, os constituintes gramaticais são usados conforme as condições interacionais, são dependentes dos fatores que marcam as práticas envolvidas no uso. E esses fatores, linguísticos e extralinguísticos, compõem um espectro bem mais amplo do que as variáveis sociolinguísticas adotadas na fase inicial. Dessa forma, na investigação funcional que praticamos, em termos de abordagem discursiva, interessa atualmente saber sobre uma gama de questões envolvidas na interação, como o perfil dos usuários (emissor e receptor), seu papel social e o grau de prestígio ou de representatividade que têm na comunidade linguística, seu nível de habilidade ou letramento (BARBOSA, 2007), seu(s) propósito(s) comunicativo(s), enfim, aspectos histórico-sociais motivadores do uso da linguagem.

Acerca do uso, conforme se pode observar, seu conceito também se amplia em distintos aspectos. Em primeiro lugar, passa a abrigar não só o registro empírico da modalidade falada; as fontes escritas são incorporadas de modo mais efetivo à pesquisa e a intuição do analista é levada em consideração. Outro ponto saliente em relação ao conceito de uso é o destaque para fontes escritas em registro culto, com a incorporação de formas prestigiadas de elaboração linguística de modo mais efetivo à investigação funcionalista. Ainda acerca do uso linguístico, a assunção de princípios teóricos que pressupõem escalaridade e gradiente, como gramaticalização, conduzem a investigação às fontes históricas, relativas à fase arcaica da língua e mesmo ao latim. No intuito de

testar hipóteses sobre unidirecionalidade, selecionam-se textos de diferentes sincronias, capazes de dar conta desse propósito.

Uma das consequências dessa inserção teórica é a constatação, em muitos casos, de variabilidade e continuidade de padrões de uso na trajetória do português. Pesquisas como as desenvolvidas por Oliveira (2000), Ferreira (2000) e Votre (2000), com fortes evidências de estabilidade linguística nos usos do elemento *onde*, do verbo *poder* e de verbos de cognição como *ver*, *achar* e *saber*, respectivamente, conduzem à elaboração de outra formulação teórica no interior do D&G. De acordo com Votre (2006, p. 144), os usos linguísticos são situados e contingenciados por uma série de fatores; assim, conforme o *princípio de extensão imagética* elaborado pelo autor, “os múltiplos sentido associados às formas hoje disponíveis na língua estavam presentes e gramaticalizados, em fases anteriores da língua”. Ainda conforme Votre (obra citada), motivações de ordem comunicativa, cognitiva e expressivo-estética concorrem para a configuração dos usos linguísticos. A partir dessa formulação, as pesquisas do D&G passaram a incorporar e admitir, ainda que de modo tácito ou não consensual, ao lado das tendências de variabilidade e mudança, a investigação de continuidade e de estabilidade linguística.

Em trabalhos mais recentes no interior do grupo D&G, como os de Siqueira (2009), Arena (2009), Amorim (2009) e Rodrigues (2009), apresentam-se resultados confirmadores dessa tendência de estabilização. O que as autoras têm observado, em termos de seleção e de tipo de uso, é a atuação justamente de fatores de ordem discursiva na funcionalidade de seus objetos de pesquisa, mais notadamente os relativos ao gênero e à articulação de sequências tipológicas (MEURER, BONINI e MOTTA-ROTH, 2007), além do perfil do emissor. Fatores relativos à negociação interacional, como as estratégias de subjetivação e de intersubjetivação propostas por Traugott e Dasher (2005), são também incorporados à pesquisa desses usos com resultado relevante; observa-se que sentidos mais abstratos e funções em estágios mais avançados de gramaticalização situam-se em contextos de maior envolvimento interacional, em que se procura lançar mão de estratégias de modalização, de evidencialidade e de ênfase, por exemplo, para atuar sobre o interlocutor.

Nesse sentido, a concepção de *uso linguístico* ganha contornos mais contingenciais e situados em relação à fase inicial da pesquisa

funcionalista. Tal reordenação conduz à circunscrição da análise ao contexto de uso efetivo, com a diminuição do poder de generalização e aplicabilidade dos resultados de pesquisa. Esses resultados são interpretados agora de acordo e em função do contexto pragmático-discursivo que os gerou, com a consideração da sincronia de elaboração do texto, do gênero discursivo, da frequência e da organização das sequências tipológicas, do perfil do emissor e do(s) receptor(es), dos propósitos comunicativos em jogo, enfim, de uma gama de fatores intervenientes na configuração do uso linguístico.

Ao assumir tal viés teórico-metodológico, a análise funcionalista destaca o tratamento qualitativo em relação ao quantitativo. Ainda que levantamentos e informações sobre frequência sejam relevantes, o foco passa a ser cada vez mais contingencial, e os fenômenos linguísticos são tratados em seu *locus* de produção. Conforme Martelotta (2009, p. 16), “a metodologia variacionista não dá conta de muitos aspectos que são caros aos funcionalistas e deveria ser substituída por outra que fornecesse ao analista do uso um material mais eficiente no sentido de detectar questões de ordem cognitiva, que se ritualizam no uso”. Ainda segundo o autor, é preciso considerar os contextos de ocorrência dos fenômenos linguísticos, a fim de mais apropriadamente poder interpretá-los. Por outro lado, os funcionalistas ainda perseguem essa metodologia mais adequada, uma vez que a integração de fatores múltiplos e diversos concorrentes para a configuração do uso torna o procedimento organizacional dos dados e sua análise tarefas mais complexas. Esse é, sem dúvida, um dos desafios atuais da pesquisa.

No tratamento do binômio *discurso x gramática*, a pesquisa funcionalista praticada no Brasil procura ainda contribuir, com seus resultados, para o ensino de língua materna em nosso país. Em incursões nessa área (FURTADO DA CUNHA e TAVARES, 2007; OLIVEIRA e CEZARIO, 2007; OLIVEIRA e COELHO, 2003), enfatiza-se o viés funcionalista da LDB de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para os níveis Médio e Fundamental. Assim, dados de pesquisa atinentes à iconicidade, à transitividade, à informatividade, à relevância discursiva bem como à organização linguística dos textos podem ser trabalhados numa proposta de ensino que destaca as condições de produção linguística e propõe a atividade didática em torno do português na base da *análise e reflexão sobre a língua*, destacando questões como adequação e diversidade linguísticas (PCN, 2000, p. 39). Trata-se,

na verdade, da tentativa de se dar um retorno social à atividade científica de orientação funcionalista, de redimensionar os achados de pesquisa e utilizá-los na proposição da abordagem discursiva, tanto em termos de leitura como em termos de (re)produção.

6. Agenda e desafios

A pauta da pesquisa funcionalista é vasta e desafiadora. Em Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003, p. 126-127), é elencada uma série de *questões a investigar ou em processo de investigação* relativas ao discurso e à gramática. O primeiro questionamento dos autores concerne à autonomia do domínio gramatical, para verificar em que medida a análise dos aspectos estruturais pode ou não prescindir da consideração de aspectos semânticos mais gerais, no âmbito discursivo. Outra questão levantada diz respeito à evidência e à abrangência das generalizações postuladas para o uso gramatical, com a invocação para a reflexão sobre o aspecto contingencial assumido pela análise linguística. Uma terceira questão diz respeito ao papel da frequência na caracterização do que é regular e sistemático, uma vez que há evidências de que alguns processos de gramaticalização ocorrem em torno de itens ou construções menos frequentes em relação a outros, mais gerais, que não passam por mudança categorial.

Outra consideração, de ordem cultural, se volta para o papel das pressões sociais na configuração dos ritos de linguagem, ou do discurso, no questionamento da importância dos aspectos interacionais e históricos na fixação dos usos linguísticos. Na base dessa questão, surge outra, que diz respeito à distinção entre as contribuições do indivíduo e do grupo social na fixação dos padrões linguísticos socialmente aceitos e vigentes na comunidade. Se se admite cada vez mais o traço contingencial do uso, então é preciso levar em conta aspectos mais específicos envolvidos e talvez determinantes nas produções linguísticas.

Outro ponto de enfrentamento da pesquisa funcionalista em termos do binômio *discurso x gramática* é a proposição de modos de tratamento das questões atinentes ao texto e aos aspectos gramaticais em termos do ensino de língua materna no país. Embora haja algumas propostas, como as citadas na seção anterior, ainda se trata de um tipo de incursão limitado e tímido, voltado para questões mais específicas, sem capacidade de lidar com aspectos mais gerais dessa área.

Um ponto crítico referido pelos autores e que se mantém aberto

na pesquisa atual refere-se à compatibilização do estudo da mudança por gramaticalização e da continuidade linguística, na investigação de tendências de variabilidade e de estabilização verificáveis em distintas sincronias do português. Essa questão conduz também à incorporação do uniformitarismo à análise e à assunção da pancronia como viés metodológico para a abordagem da língua em uso, na superação da dicotomia *diacronia x sincronia*; nesse sentido, é possível detectar estabilidade na trajetória dos usos e polissemia num recorte temporal, lidando com mudança e regularização em dimensão mais ampla.

Por fim, perguntam os autores acerca da importância e relevância das contribuições do cognitivismo para a investigação de fenômenos discursivos e gramaticais na pesquisa funcionalista. Interessa hoje saber como fatores de ordem social e cognitiva atuam e concorrem para a configuração da estrutura gramatical e da organização discursiva das produções linguísticas. Nesse sentido, a abordagem construcional, referida anteriormente, tem sido uma alternativa interessante. Assim, o tratamento do discurso e da gramática passa a incorporar fatores de distinta natureza, como os sociais, os cognitivos, os textuais, os pragmáticos, entre outros. Como já mencionado na seção anterior, essa multiplicidade de fatores intervenientes no uso linguístico requer apuro e controle metodológico, o que ainda se mostra como tarefa desafiadora na pesquisa.

Dentre os tópicos que acabamos de arrolar, interessam-nos de forma particular os que de alguma forma se relacionam com o comportamento de expressões circunstanciais, na fala e na escrita. O grupo D&G vem privilegiando a análise da trajetória dessas expressões, com destaque para as que se situam nas margens da gramática. O estudo recente de Rodrigues (2009), sobre *agora* e *então*, ilustra esse tipo de interesse, com dados de três sincronias: latim, português arcaico e português contemporâneo.

Constituem interesse mais recente os recursos situados no âmbito da evidencialidade, para dar suporte ao que se afirma, quer sustentando o dito em pessoas, quer no imaginário popular. Abre-se, assim, nova vertente de estudo sobre gramaticalização e discursivização de expressões centradas em pessoas, como *segundo fulano, conforme si-crano, de acordo com beltrano, já dizia fulano, como dizia meu pai, minha vó* etc. A outra vertente aponta para evidência centrada no imaginário social, com expressões do tipo: *como já diziam os antigos, como*

diz o ditado, conforme todos sabemos, todos sabemos, sabemos, sabe-se etc. Um exemplo típico desse fenômeno, que em princípio nos parece em processo de discursivização, e que precisa ser investigado em diferentes sincronias, é a trajetória da expressão evidencial *dizem que > diz que > dizque*.

O fenômeno da evidencialidade, um exemplo típico de recurso complexo, favorece uma abordagem interdisciplinar, em que interagem conceitos e perspectivas da psicologia social, com suas hipóteses sobre representações e imaginário social, da antropologia e da sociologia, ampliando o escopo da análise linguística.

Recebido em 30/03/09

Aprovado em 27/04/09

ABSTRACT

Starting in the seventies, when it defined itself as an analytical orientation to language studies, North-American functional linguistics has refined and updated its theoretical principles and assumptions. Within the scope of functional linguistics, the concepts of *discourse* and *grammar* gain prominence. Although no discrepancies have been acknowledged with respect to how these concepts were originally defined, there have been, in more than three decades of studies, reformulations of such concepts with a view to 1) accounting for recent results in research; and 2) describing and interpretatively analyzing *linguistic use*. The present paper focusses on this trajectory, taking account of both international and national developments in this area of study, emphasizing, in Brazil, the production of knowledge carried out by the research group Grammar & Discourse, which pioneered studies in the area. Problems, tendencies and challenges in this area of investigation are also pointed out, and it is claimed that this is an area of investigation which still has much to contribute to a broader understanding of how language works.

KEY WORDS: functionalism, discourse, grammar, linguistic use.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. Orações adjetivas explicativas iniciadas por “Que + comentário” e “O que + comentário”. In: OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. (org). *Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009. p. 63-74.
- ARENA, A. B. Multifuncionalidade e polissemia do “então”: um estudo pancrônico. In: OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. (org). *Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009. p. 201-226.
- BARBOSA, A. Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, A. et alii (org). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Ponte/Fapesp, 2007. p. 483-498.
- BOLINGER, D. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (eds). *A handbook of historical linguistics*. London: Blackwell, 2003. p. 602-623.
- BYBEE, J.; HOPPER, P. (ed). *Frequency and the emergent of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2001.
- DUBOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (ed). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: Benjamins, 1985. p. 346-365.
- CEZARIO, M. M.; GOMES, R.; PINTO, D. Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (org). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 77-114.
- ERMAN, B.; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. In: *Linguistics – an interdisciplinary journal of the language sciences*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, no. 2, p. 29-62, 2000.
- FERREIRA, L. *A estabilidade semântico-sintática do modal “poder”; evidências em três sincronias*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, UFRJ: Rio de Janeiro, 2000. 150 f.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, A. (org). *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: Edufpa, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. (org). *Linguística funcional – teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramaticalização nos mecanismos de negação

em Natal. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (org). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 167-190.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.

GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1995.

HEINE, B; KUTEVA, T. *The changing languages of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (ed). *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: Philadelphia, 1991. p. 17-36.

_____. Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistic Society*, v. 13, p. 139-157, 1987.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

MARTELOTTA, M. Funcionalismo e metodologia quantitativa. In: OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. (org). *Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009. p. 1-20.

MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (org). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 45-75.

MARTELOTTA, M.; ALCÂNTARA, F. Discursivização da partícula “né?”. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (org). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 277-292.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2007.

OLIVEIRA, L. A trajetória de gramaticalização do “onde”. In: FURTADO DA CUNHA, M. A. (org). *Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista*. Natal: Edufrn, 2000. p. 171-212.

OLIVEIRA, M.; CEZARIO, M. M. PCN à luz do funcionalismo linguístico. In: *Linguagem & ensino*, v. 10, no. 1, p. 87-108, 2007.

OLIVEIRA, M.; COELHO, V. Linguística funcional aplicada ao ensino do português. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. (org).

Linguística funcional – teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003. p. 89-121.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – LÍNGUA PORTUGUESA, v. 2. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RODRIGUES, F. *Padrões de uso e gramaticalização de “agora” e “então”*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras: UFF, Niterói, 2009. 330 f.

SANKOFF, G.; BROWN, P. The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives. In: *Language*, no. 52, p. 631-666, 1976.

SIQUEIRA, S. “Onde”: um vocábulo não-categorico. In: OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. (org). *Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009. p. 153-170.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TOMASELLO, M. *Constructing a language – a use-based theory of language acquisition*. Harvard: Harvard University Press, 2003.

TOMASELLO, M. et al. *Understanding and sharing intentions: the origins of cultural cognition*. To be published in Behavioral and Brain Sciences, Cambridge University Press, 2004. Disponível em http://www.eva.mpg.de/psycho/staff/carpenter/pdf/Tomasello_et_al_inPressBBS.pdf. Acesso em 04 nov. 2005.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (ed). *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: Philadelphia, 1991. p. 189-218.

VOTRE, S. O princípio da extensão imagética, uma nova ótica para a estabilidade linguística. In: GORSKI, E.; COELHO, I. (org). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Santa Catarina: Editora da UFSC, 2006. p. 135-154.

_____. A integração das objetivas diretas. In: *Cadernos do CNFL*, v. 2, p. 71-87, 2000.

VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. Gramaticalização na ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (org). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 115-126.

NOTAS

¹ Este artigo foi elaborado com base no texto apresentado por Mariangela Rios de Oliveira na mesa-redonda “*Discurso*” e “*gramática*” em diferentes abordagens funcionalistas: convergências e divergências, durante o 56º. Encontro do Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (GEL), em agosto de 2008, na cidade de São José do Rio Preto.

² Comunidade acadêmica fundada por Sebastião Votre no início dos anos 90 na UFRJ e atualmente sediada na UFRJ, UFF e UFRN. Maiores informações no site www.discursoegramatica.letas.ufrj.br

³ Língua fruto de pidginização em Papua-Nova Guiné.

⁴ Também pertence a Hopper (1979) a proposição dos chamados *princípios de gramaticização*, relativos aos fenômenos observáveis nos termos linguísticos que se encontram em processo inicial de mudança, são eles: camadas, divergência, especialização, persistência e decategorização.

⁵ Assumimos o termo *gramaticalização*, de acordo com Heine e Kuteva (2006, p. 332), como o processo pelo qual as formas linguísticas partem do léxico para a gramática ou, se já gramaticais, tornam-se mais gramaticais; nessa trajetória, as formas são afetadas no sentido de que perdem significado pragmático, complexidade semântica, liberdade sintática, estrutura morfológica e substância fonética.

⁶ O PEUL foi criado nos anos 70 na UFRJ, sob a liderança de Anthony Naro, e constituiu-se numa referência nacional na área da pesquisa variacionista do Brasil. Nos anos 80, o PEUL passa a incorporar pressupostos funcionalistas em suas análises, com interesse em processos de gramaticalização, como se encontra em Macedo, Roncarati e Mollica (1996).

⁷ Esse *corpus* conta com depoimentos falados e escritos da comunidade estudantil das cidades do Rio de Janeiro, Niterói, Natal, Juiz de Fora e Rio Grande, e encontra-se disponível no site do D&G.

⁸ Ressalve-se a tese de doutorado de Martelotta (1994), orientada por Sebastião Votre na UFRJ, que aborda os circunstanciadores temporais numa perspectiva histórica.

⁹ A tese de doutorado de Furtado da Cunha (1989), orientada também por Sebastião Votre na UFRJ, que trata dos fatores discursivos intervenientes no uso da voz passiva, é considerada a primeira tese de base teórica funcionalista nesse viés de vinculação entre discurso e gramática.